

*ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO (APEES): HISTÓRIA
E PERSPECTIVA NA PRESERVAÇÃO
DA INFORMAÇÃO*

Espírito Santo State Public Archive (APEES): History
and Perspective on Information Preservation

Daniela Simiqueli Durante

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APEES): HISTÓRIA E
PERSPECTIVA NA PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO

ESPÍRITO SANTO STATE PUBLIC ARCHIVE (APEES): HISTORY AND
PERSPECTIVE ON INFORMATION PRESERVATION

Daniela Simiqueli Durante¹

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objeto de análise o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES. Aborda sobre o histórico do Arquivo e seu processo de preservação e acesso a gestão documental da instituição. Considerando que a memória é um bem público e de capital importância para a construção da verdade e da história, este artigo, por meio de revisão bibliográfica, enfatiza que o acesso à informação é responsável por ações modificadoras do indivíduo na sociedade, como também busca analisar o acesso à informação pública transmitida por um arquivo, seu processo de preservação e conservação e pleno acesso ao acervo.

Palavras-chave: APEES; acesso à informação; documentos.

ABSTRACT

The present work has as main object of analysis The Public Archive of The State of Espírito Santo- APEES. It addresses the history of the archive and its process of preservation and access to the institution's document management. Considering that memory is a public good and capital importance for the construction of truth and history, this article, through a bibliographic review, emphasizes that access to information is responsible for modifying action of the individual in society, as well as seeking to analyze access to public information transmitted by an archive, its preservation and conservation process and full access to the collection.

Keywords: APEES; access to information; documents.

INTRODUÇÃO

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: danisimiqueli@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4634883659978574>.

A relação entre a Historiografia e a pesquisa com fontes documentais apresenta longa trajetória que, em vários momentos, deu-se de forma conturbada, devido, em grande parte, pela variação dos interesses dos historiadores, no tempo e no espaço, “[...] em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais” (JANOTTI, 2008, p. 10).

Com as diversas transformações ocorridas na História, enquanto disciplina acadêmica, principalmente no século XX, a partir da Escola dos Annales, o que vemos atualmente é uma relação entre a pesquisa histórica e o uso das fontes, em que toda fonte “[...] é válida desde que posta sob criteriosa crítica e análise. Portanto, dispor de fontes primárias e ter acesso a elas é um diferencial em muitas pesquisas” (LOSE, 2018, p. 24).

Desse modo, ao historiador, a “qualidade histórica” do documento torna-se fundamental, uma vez que seu trabalho se sustenta por meio de fontes e documentos capazes de construir os fatos. Enquanto a curiosidade do historiador não surgir sobre determinada fonte primária e o mesmo não souber usá-la de forma devida, esse documento não existe (PROST, 2008).

Para análise de fontes documentais, algumas questões são importantes: sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas questões contextualizam o documento coletado, o que é fundamental para o ofício do historiador. Documento algum é neutro e sempre carrega consigo a opinião da pessoa/órgão que o escreveu. Para o uso das fontes, a compreensão do contexto da época é crucial, além do entendimento do significado e expressões existentes no recorte histórico proposto pela pesquisa que se deseja realizar. O historiador precisa verificar e compreender que as imprecisões demonstram os interesses de quem as escreveu. Cabe ao historiador desenvolver um olhar crítico e a correta contextualização do documento que se tem em mãos.

É fundamental, ao se trabalhar com fonte documental, discutir os critérios possivelmente adotados por quem a produziu. Avaliar as possibilidades de uma fonte documental é buscar perceber a qualidade das informações que ela pode ou não nos fornecer de acordo com a problemática de cada pesquisa. Nos documentos, encontramos a manifestação de interesses, os conflitos e as perspectivas de mundo dos agentes sociais do período estudado. Porém, as fontes documentais só serão significativas se responderem aos questionamentos do presente, uma vez que é ele que dá vida ao passado. O texto é estudado enquanto objeto material e social, documento e testemunho de um período e época e, somente após a avaliação minuciosa do pesquisador poderá se tornar um monumento e remeter ao passado. (LE GOFF, 1994).

Cabe ao historiador, ao elencar uma fonte documental como representativa de um período, realizar uma operação desprovida de neutralidade que visa questionar o documento escolhido e, a partir das motivações do próprio historiador, trazer para o presente os sujeitos históricos. Para Le Goff, o historiador, ao selecionar um documento, extrai:

[...] do conjunto de dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação que é ainda menos “neutra” do que a sua intervenção (LE GOFF, 1984, p. 547)

O ofício do historiador exige que o documento seja analisado enquanto documento, ou seja, como elemento representativo da sociedade e da época em que ele foi produzido, uma vez que o documento é o produto de uma sociedade que o fabricou de acordo com as relações de força existentes naquele período. Assim, o documento não se apresenta de forma inócua, e é “[...] o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também de épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido e manipulado ainda que pelo silêncio” (LE GOFF, 1984, p. 102).

Para tanto, a relevância dos acervos públicos para o ofício do historiador é de capital importância, uma vez que os mesmos guardam os documentos legais originados dos poderes judiciário, executivo, legislativo e cartoriais. A pesquisa em arquivos, portanto:

[...] é o destino de muitos dos jovens profissionais que ingressam nos cursos de pós-graduação em História, ou mesmo daqueles que ainda dão seus primeiros passos em projetos de iniciação científica. Surpreende como os calouros de graduação, em seus primeiros dias de aula, já buscam, ávidos, informações sobre o pesquisar em arquivos. Bons professores de História no ensino médio, e uma literatura de best-sellers históricos têm promovido uma espécie de encantamento de alguns jovens pela aura do cientista a escarafunchar papéis velhos, em busca de novidades, como se fosse uma espécie de “Indiana Jones” dos arquivos. Tal demanda nem sempre é bem correspondida pelo que as grades curriculares dos cursos de História oferecem. Em sua maioria, as disciplinas centram seus programas na fundamental discussão historiográfica, deixando, porém, de dar maior atenção às fontes documentais que nortearam essa produção. Faltam, talvez, esforços para introduzir, em algum momento do curso, noções básicas sobre organização arquivística, leitura paleográfica e crítica de fontes, que auxiliariam o aluno na tomada de decisões e no entendimento do processo de construção do saber histórico. (BACELLAR, 2008, p. 23-24).

Os arquivos constituem, de modo geral, o *locus* de memória dos produtores de conhecimento de uma sociedade. Dessa forma, o maior compromisso dessas instituições com a sociedade, “[...] como mediadoras culturais que são, é dar a conhecer a memória e fazer que ganhe vida, através de produtos culturais de resultado atraente, de ampla divulgação e de acesso documental (MALVERDES; MORAES, 2018. p. 10).

É fato que os arquivos nas sociedades contemporâneas adquiriram um status extraordinário, em função do grande desenvolvimento sociocultural e econômico adquirido nos últimos séculos. Segundo Bellotto, “[...] a finalidade última dos arquivos, seu objetivo maior é, pois, comprovadamente, o acesso à informação, seja em que idade documental for e, conseqüentemente, em que âmbito arquivístico for (BELLOTTO, 1989, p. 81).

A concepção de transformar bens culturais em patrimônio público tornou-se relevante ao longo do século XIX, em função da formação e desenvolvimento dos Estados Nacionais Modernos,

e na construção de um ideal de Estado-Nação que buscou legitimação por meio de símbolos, monumentos e artefatos (FRANSCISCO, 2014).

Sendo assim, a função primordial do arquivo consiste em disponibilizar as informações que se encontram sob a sua guarda documental, tendo em vista que o arquivo se apresenta como um sistema bidimensional, na qual se projeta com maior ou menor intensidade a entidade produtora/receptora de informação (BARROS; AMÉLIA, 2009).

Em relação ao APEES, o seu acervo documental é extremamente valioso para a preservação da memória e reconstituição histórica do estado do Espírito Santo, possuindo:

[...] grande valor para o patrimônio cultural brasileiro, pois resgata as transformações e permanências que caracterizam a evolução do Estado e da sociedade capixaba no tempo e no espaço. O acervo é composto por coleções de fotografias, de material sonoro, de plantas arquitetônicas, mapas, microfimes, filmes, fitas magnéticas, anuários, boletins, jornais, legislação avulsa do Espírito Santo, publicações oficiais, relatórios e mensagens de governo produzidas pela administração pública, que, no decorrer dos anos, também incorporou documentos particulares (MALVERDES; MORAES, 2018, p. 10).

Diante do exposto, realizaremos uma breve discussão sobre o Arquivo Público do Espírito Santo (APEES). Dada a sua proximidade enquanto instituição de guarda dos documentos analisados em nossa pesquisa de doutorado, que se encontra em desenvolvimento, realizamos uma análise, de cunho bibliográfico, sobre o histórico da instituição, como também os processos que envolvem a preservação e a gestão de documentos dessa instituição.

APEES: BREVE BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) é uma instituição criada por meio do decreto 135 do Presidente do Estado, Jerônimo de Souza Monteiro. Naquele momento, o arquivo constituía um anexo à Biblioteca Pública. A lei 559 de 02 de dezembro do mesmo ano

A lei 559 estabeleceu que o acervo constituído por documentos e objetos fosse recolhido e dividido em quatro ordens (fundos): 1ª. Legislativa e Administrativa; 2ª. Judiciária; 3ª. História e Geografia e 4ª. Literária e Artística. Em fevereiro de 1909, Henrique Alves de Cerqueira foi nomeado o primeiro diretor do Arquivo Público, e coube a Diocleciano Nunes de Oliveira a reorganização dos documentos que fariam parte do acervo do arquivo. Por meio do decreto no. 583 de 05 de março de 1910, o “Arquivo Público Espírito-Santense” passou a funcionar na Diretoria do Interior e Justiça, junto com a Biblioteca Pública.

Arquivo Público e Biblioteca têm sua união mantida pelo decreto 1738 de 31 de março de 1914 que regulamentava a administração estadual, e em 1921 são transferidos para a Secretaria do Interior. Somente em 1925, sob a administração do Presidente do Estado Florentino Avidos foi construída a sede do Arquivo Público Estadual e Biblioteca sendo inaugurada em novembro de 1926 à Rua Pedro Palácios. Em 1943, a união entre o Arquivo e a Biblioteca foi desfeita em função da reforma administrativa realizada pelo interventor federal Jones dos Santos Neves. A Secretaria do Interior e Justiça permanece com o Arquivo Público, enquanto a Biblioteca torna-se responsabilidade da Secretaria de Educação e Saúde, tornando-se por meio do decreto no. 142 de agosto de 1943 e validado pelo art. 15 do decreto no. 15.090 de 28 de outubro de 1943, a Secretaria de Educação e Cultura.

Figura 2- Sede do Arquivo Público Estadual e Biblioteca, em 1925



Fonte: APEES, 2022. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/quem-somos>

Entre as décadas de 40 e 50 do século passado, o Arquivo Público iniciou uma série de publicações, a saber: catálogo referente a uma série documental do Fundo Governadoria organizado por Moysés de Medeiros Accioly; edição e transcrição do *Livro de Tombo de Nova Almeida* pelo professor Mário Aristides Freire; *Parecer na questão entre o Estado do Espírito Santo e os banqueiros J. Loste & Cia*, de Ruy Barbosa; *A Ordem de São Bento na Capitania do Espírito Santo* de autoria de Dom Clemente Maria da Silva Nigra; *Orquídeas novas do Estado do Espírito Santo*, de Augusto Ruschi, e *Constituições do Estado do Espírito Santo*, de Milton Caldeira.

O final da década de 50 e a década de 60 constituíram um período de ostracismo no que se refere às atividades do Arquivo que se tornou uma seção subordinada ao Departamento de Administração Geral (DAG), através da Reforma administrativa imputada pela lei 2.296 de julho de 1967. Sob a coordenação da professora Gilda Rocha, inicia-se a reorganização do acervo através

de um convênio entre governo estadual e Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o que possibilitou o surgimento de novas perspectivas para a instituição.

A lei no. 2.942 de 12 de dezembro de 1974 elevou o Arquivo a nível de Diretoria, estando subordinada à Divisão de Seleção, Documentação e Divulgação. A partir dessa data, a instituição possui regulamentação própria e serviços de arquivística e arquivonomia. Novas publicações são realizadas pelo Arquivo Público nos anos subsequentes: *Catálogo I*, organizado pela professora Gilda Rocha (1975); *Memória estatística da Província do Espírito Santo no anno de 1828*, por Ignácio Accioli de Vasconcelos (1978); *A Irmandade e a Santa Casa da Misericórdia do Espírito Santo*, por Affonso Schwab e Mário Aristides (1979); *Jerônimo Monteiro – sua vida e sua obra*, de Maria Stella de Novaes (1979).

Entre os anos de 1908 e 1982, a sede do Arquivo sofreu reformas consideráveis em sua estrutura e são implantados os laboratórios de restauração de papel e de processamento de microfilme. A reestruturação da instituição e reorganização do acervo gerou a dos primeiros guias de acervo documental no Brasil. Nele, descreve-se o acervo e estabelece-se as diretrizes da instituição. Nos anos finais da década de 80, destacamos as seguintes publicações pelo APEES: *Catálogo de plantas e mapas* (1986); *Jornais e relatórios de presidente da província* (1986); *Guia de Fontes para História da escravidão* (1988); *Legislação Provincial do Espírito Santo – ementário 1835-1888* (1988); *Legislação Republicana do Espírito Santo – ementário 1889-1930 / vol. I* (1989).

Na década de 90, o APEES realiza uma série de publicações: *Bibliografia de publicações oficiais do Estado do Espírito Santo e do catálogo de documentos especiais – acervos sonoros (1975-1987)*, em 1990; *Catálogo de documentos especiais – acervos fotográficos (1951-1955)*, em 1991; *Inventário do Fundo Fazenda – Grupo Coletorias (1836-1966) volume I*, em 1993; em 1995, inicia-se o Projeto Canaã com a publicação do primeiro volume *O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana (relato do Cavalheiro Nagar Cônsul Real em Vitória)*; o segundo volume da coleção foi publicado no ano posterior com o título *Projeto de um Novo Arrabalde (1896)*, e em

1998 o volume *Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo* da professora e pesquisadora Nara Saletto; em 2004, o quinto volume do projeto é publicado com o título *Viagem ao Espírito Santo: Imigração e Colonização Suíça, 1860*, de Johan Jakob Von Tschudi; o sexto volume intitulado *Colônias Imperiais na Terra do Café*, do sociólogo italiano Renzo Grosselli é publicado em 2009; *Negros no Espírito Santo*, de Cleber Maciel e *Raízes da Imigração Alemã: história e cultura no Espírito Santo*, de Helmar Rölke são publicados em 2016;

Durante essa década, destacamos também o início do processo de informatização do arquivo que se iniciou em 1995, como também o desenvolvimento do Projeto Imigrantes do Espírito Santo que tinha como intuito verificar por meio das fontes documentais pertencentes ao APEES, os imigrantes que deram entrada e colonizaram o solo espírito-santense entre os anos de 1812 e 1900. Além disso, destacamos o recebimento do Projeto Resgate, em 1998, referentes aos documentos (microfilmes e CD-ROM) sobre a Capitania do Espírito Santo e que se encontravam sobre a guarda do Arquivo Histórico Ultramarino em Portugal.

No final da década de 90, a primeira página do APEES foi inaugurada na internet e a informatização do arquivo deu-se nesse período através de uma parceria com o Ministério da Cultura, além da criação de um laboratório de fotografia e um centro de processamento de dados (CPD). Já nos anos 2000, destacamos em 2004 a organização realizada pelo Arquivo sobre a comemoração dos 130 anos de Imigração Italiana no Espírito Santo e a 1ª. edição do Caminho do Imigrante que possuiu uma segunda edição no ano posterior. Ainda em 2005, foi cedido pelo Governo do Estado o edifício Getúlio Rezende localizado à Rua Sete de Setembro como nova sede do APEES, sendo que as atividades se iniciaram nesse espaço somente em 2008.

Figura 3 – sede do APEES em 2003



Fonte: APEES, 2022. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/quem-somos>.

Em 2006, diversos materiais são disponibilizados no site o que possibilitou um maior acesso aos documentos da instituição, a saber: primeira edição da revista do Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo (IGHES), de 1917; *Memória Estatística da Província do Espírito Santo*, de 1828; *Projecto de um Novo Arrabalde*, de 1896; *Relato do Cavalheiro Nagar, Cônsul Real em Vitória – O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana*, de 1895. Além disso, ocorreu a modernização ao atendimento ao público quanto às solicitações de digitalização de microfimes.

O *Projeto Imigrantes*, em 2008, tem o seu lançamento em portal lançado no site do arquivo, o que possibilitou a divulgação das listas de nomes dos passageiros das embarcações que trouxeram as milhares de famílias para solo espírito-santense. Quanto a esse projeto, o pesquisador Tiago de Matos Alves (2019) ressalta que a sua criação em 1995, coincidiu com o período inicial de

informatização do APEES, e teve como principal intuito agrupar as informações sobre a imigração em solo espírito-santense existentes no Arquivo, a fim de

[...] fornecer uma informação rápida e precisa, pesquisando diretamente pelo nome do imigrante, sem necessidade de manuseio e autenticação do documento original, colaborando na preservação do acervo. Elas são certificadas pela assinatura do diretor. A finalidade principal é obtenção de informação inicial para obtenção de cidadania, principalmente italiana (ALVES, 2019, p. 32)

Ainda nesse ano, tem-se a reedição das obras de José Teixeira de Oliveira sobre a História do Espírito Santo e de Levy Rocha que trata sobre a viagem de Pedro segundo ao Espírito Santo. Destacou-se nesse ano a publicação os *capixabas holandeses*, de Ton Roos e Marjge Eishuis. O APEES iniciou a sua participação no projeto *Memória Reveladas- Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil* atuando na reprodução de documentos provenientes da delegacia de Ordem Social e Política do Espírito Santo (DOPS/ES) durante o regime ditatorial (1964- 1985).

Figura 4- Atual sede do APEES



Fonte: APEES, 2022. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/quem-somos>

Em comemoração aos 150 anos da imigração pomerana no estado, foi lançada em 2009 a obra *Mar Azul: Poesias de um Pomerano*, de Celso Halk. Ainda nesse ano foram inseridos novos 1715 registros de estrangeiros que entraram no estado no início do século XX através do portal do Projeto dos Imigrantes. Já em 2010, 4200 páginas digitalizadas referentes a mensagens de governo entre os anos de 1892 e 1930 foram disponibilizadas no site do arquivo.

O governo do Espírito Santo, em 21 de dezembro de 2011, inaugurou a nova sede do APEES que se encontra localizada à Rua Sete de Setembro, 414, no centro de Vitória. O prédio possui:

[...] infraestrutura necessária à preservação do acervo documental. Nesse sentido, também foram realizadas diversas intervenções visando à conservação dos suportes, especialmente as de caráter histórico/permanente, quanto ao seu acondicionamento e com a utilização de material apropriado para cada gênero documental (LYRIO E BARBOSA, 2019, p. 57).

A emissão do Registro de Entrada do Imigrante foi uma das ações mais relevantes no ano de 2012 pelo Arquivo. Esse documento proveniente do Projeto Imigrantes catalogou as informações dos membros das famílias que colonizaram o estado. No ano de 2013, treze mil fichas pertencentes à Delegacia da Ordem Pública e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) foram digitalizadas, além de oitenta e quatro caixas referentes aos documentos do fundo DOPS/ES sofrerem processo de microfilmagem e catalogados na base de dados do projeto Memórias Reveladas. Destacamos uma quantidade significativa de imagens do interventor federal João Punaro Bley, e duzentas fotografias pertencentes ao setor iconográfico da instituição.

Os arquivos, dessa forma, apresentam papel fundamental na sociedade contemporânea onde as instituições que custodiam os arquivos assumem uma função tripla- cultural, administrativa e científica. O APEES conta com servidores devidamente qualificados nos espaços de atendimento e consulta que possuem amplo conhecimento do acervo e dos instrumentos de pesquisa, nos auxiliando quanto aos questionamentos que surgiram em nossos pedidos e visitas ao arquivo.

PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL

Os arquivos públicos têm como tarefa fundamental “[...] facilitar, agilizar e dar suporte às decisões político-administrativas do governo e garantir ao cidadão o exercício dos seus direitos” (FRANCISCO, 2014, p. 911). Para tanto, a informação deve receber tratamento, o que permite que a mesma seja recuperada com rapidez. Essas funções encontram-se presentes na Constituição Federal de 1988, e na Lei 8.159, de 1991.

O papel do arquivista é fundamental para o acesso e o desenvolvimento do trabalho do historiador no que se refere às fontes documentais no arquivo. A organização de um acervo compreende na tarefa de classificação, que possibilita dar visibilidade “[...] às funções e funções estruturais do organismo produtor dos documentos, mas também deixam transparentes as suas interconexões” (FRANSCISCO, 2014, p. 912). Essa ação é fundamental para as ações posteriores referentes à avaliação, destinação e descrição.

Dessa forma, cabe ao APEES a função de executar “[...] a política de preservação dos suportes de informação que possuem valores probatórios e administrativos” (LYRIO e BARBOSA, 2019, p. 53). Assim, torna-se necessário compreender os procedimentos utilizados para promover o processo de salvaguarda documental, a fim de que o acesso ao conteúdo informacional do APEES seja realizado de forma permanente possibilitando, assim, atender pesquisadores, estudantes de graduação e o público.

Para se evitar as perdas em relação ao conteúdo informacional, são necessárias a realização de ações preventivas nos suportes que detêm as informações, uma vez que o envelhecimento do papel, principal suporte do conteúdo informacional, torna-se, com o passar do tempo, “[...] amarelado, feltroso ou quebradiço, de acordo com os agentes agressores a que esteve sujeito. Seja qual for a causa do dano, este sempre recairá sobre a celulose” (BECK, 1985, p. 11).

Assim, para evitar o processo de deterioração do acervo, é necessário realizar ações preventivas sobre os suportes dos documentos, entre os quais destacamos a higienização de caráter mecânico da documentação, no intuito de eliminar os agentes biológicos, tais como poeiras e fungos, como também os agentes químicos, como por exemplo a retirada de fitas adesivas e grampos. Além dessas medidas mencionadas, as pesquisadoras Ana Paula Ambrosio Lyrio e Rosa Maria Braga Barbosa (2019) afirmam que, além da rotina de higienização, torna-se necessário o [...] controle do ambiente, estabilização dos suportes, planejamento contra a obsolescência dos programas e dos

equipamentos onde estão armazenados e por fim a migração periódica dos acervos digitais (LYRIO e BARBOSA, 2019, p. 53).

No caso específico do APEES, a preservação dos documentos arquivísticos ocorre através da preservação do suporte de papel e pela reformatação dos suportes. No primeiro caso, são realizadas ações de conservação ou restauro, e no segundo, há uma transferência dos documentos para outro suporte, no caso microfimes, transformando-os em objetos digitais. Quanto à digitalização de manuscritos, estes nesse tipo de suporte, apresentam-se mais frágeis ao compararmos com os suportes de caráter convencional.

Um dos grandes desafios do APEES consiste no processo de preservação referentes aos suportes apresentados pelos documentos. A utilização das tecnologias de informação para a guarda documental ainda se encontra em desenvolvimento, o que restringe o acesso a uma boa parte do acervo ao público, de modo geral. Entre os anos de 2000 e 2010, a gestão responsável pelo APEES nesse período implantou políticas de preservação e conservação destinados aos seus onze fundos documentais de forma permanente.

Além dessa ação permanente de conservação dos documentos, o APEES, por meio de convênios realizados com o PROGED³, possui como tarefa a gestão documental dos órgãos dos Poderes Executivos Federal, Estadual e Municipal, assim como órgãos de outras instâncias. Além disso, o APEES guarda arquivos privados, produzidos por pessoas físicas, reunidos em fundos documentais, que foram doados pelas famílias.

Apesar de todos os esforços implantados pelo APEES ao longo das últimas décadas, há a necessidade de uma formação de um programa de preservação explícito que envolva todas “[...] a instituição através de planejamentos e levantamentos para que seja apresentada a realidade do Arquivo e assim tornar clara qual a prioridade do acervo para desenvolver medidas preventivas, paliativas e de conservação (LYRIO E BARBOSA, 2019, p. 66). Enquanto instituição pública

³ Programa de Gestão Documental do Estado do Espírito Santo.

detentora de documentos, muitas são as dificuldades apresentadas, quer seja pelos problemas financeiros, em função de orçamentos exíguos, quer pela necessidade de conhecimento quanto à preservação documental, em função da pequena literatura sobre o tema.

REFLEXÕES FINAIS

Neste artigo, propomos uma reflexão sobre o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) no que se refere aos seus aspectos históricos e a salvaguarda de documentos, bem como os processos de preservação destes, evidenciando, dessa forma, a abordagem arquivo e memória como elementos indissociáveis na sociedade de informação.

Percebemos, portanto, que o arquivo é, acima de tudo, um gerador de conhecimento, o que o torna *locus* indispensável para o fomento da pesquisa. Dessa forma, ele admite uma nova postura, não somente como zelador da memória, mas como espaço de produção de conhecimento de forma dinâmica e atualizada. A relação entre o arquivo e a memória na sociedade da informação apresenta caráter indissociável, uma vez que “[...] o arquivo está impregnado de práticas e sentidos mnemônicos e rememorativos que compõem a identidade de um povo” (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 55).

Nesse contexto, entendemos que o APEES, objeto desse breve estudo, não se reduz a uma mera instituição de guarda da memória, mas que vá além dessa função, tornando-se uma referência social e cultural, no que se refere à obtenção de informações e produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Tiago M. A imigração nos documentos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*, Ano 3, n. 5 (jan./jun. 2019). Vitória: Arquivo Público do Estado Espírito Santo, 2019.

BACELLAR, Carlos. Uso e mal uso dos arquivos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

BARROS, Dirlene S.; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e Memória: uma relação indissociável. *TransInformação*, Campinas, 21(1): 55-61, jan./abr., 2009.

BECK, Ingrid. Manual de Conservação de Documentos. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1985.

BELLOTTO, Heloisa L.. *Arquivologia: objetivos e objetos*. Arquivo: boletim histórico e informativo, v. 10, n. 2, p. 81-83, 1989.

FRANSCISCO, Julio Cesar B. *História, Arquivo e Memória: Uma reflexão sobre pesquisa histórica e a prática arquivísticas na contemporaneidade*. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento Especial – I EPHISRS-2014, p. 906-918.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro Fontes Históricas como fonte. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1990.

LOSE, Alicia D. Paleografia e edição de documentos históricos: a Edição dos Documentos da construção da Basílica de N. Sra. Da Conceição da Praia, Salvador, Bahia. *In: LOSE, Alicia D.; DE SOUZA, Arivaldo S. (Orgs.). Paleografia e suas interfaces*. Salvador: Memória & Arte, 2018, p. 24-37.

LYRIO, Ana Paula A. ; BARBOSA, Rosa Maria B. A preservação da informação arquivística no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*, Ano 3, n.5 (jan./jun. 2019). Vitória: Arquivo do Estado do Espírito Santo, 2019, p. 51-70.

MALVERDES, André; MORAES, Margarete. O Fundo DEIP -ES: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Espírito Santo e o Projeto de Descrição Arquivística para a formação de um legado documental. *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*, Ano 2, n.4 (jul./dez. 2018). Vitória: Arquivo do Estado do Espírito Santo, 2018, p. 09-22.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
APEES. <https://ape.es.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2022.